

Editorial

SOB NOVA
ORIENTAÇÃO

A ministra Cármen Lúcia tomou posse, ontem, como presidente do Supremo Tribunal Federal. Egressa do Judiciário mineiro, ela foi indicada pelo ex-presidente Lula e se destacou pelas decisões equilibradas e isentas de polêmica.

Por isso, seus votos eram sempre esperados com expectativa. Na presidência do STF pelos próximos dois anos, ela deve manter a mesma conduta, apesar de já se defrontar com temas espinhosos que irão pôr à prova toda sua habilidade.

Cármen Lúcia substitui o ministro Ricardo Lewandowski, que pedia urgência para um aumento de vencimentos dos ministros do Supremo. O reajuste foi abortado graças à posição contrária do presidente Michel Temer.

Cármen Lúcia não vê com simpatia o reajuste, por causa do efeito cascata que ele provoca nas contas públicas, em especial nos Estados. O aumento desgasta o Supremo em momento que exige a ruptura daquele gatilho automático.

Segunda mulher a presidir o Tribunal, Cármen Lúcia promete fazer uma gestão anticorporativista, cortar gastos e fortalecer o Conselho Nacional de Justiça – o que o país mais espera neste momento de grave crise institucional.

Aguarda-a o julgamento de mais de 3.000 processos, muitos de importância, como o que trata da distribuição dos royalties e o relativo à operação Zelotes, que investiga um dos maiores esquemas de sonegação fiscal do país.

Imediatamente, presidirá a sessão que vai decidir sobre se há prevalência da paternidade afetiva sobre a biológica. Espera-se que tenha a sabedoria que teve quando relatou o processo que liberou as biografias não autorizadas.

Ontem, ela dispensou a tradicional festa de posse no STF, geralmente custeada por associações do setor. Antes, declarou que não gostava muito de festas, como a antever o que vinha pela frente. “Eu gosto é de processo”, disse.

O Supremo tem fortes reflexos na sociedade. Ele garante o respeito à Constituição e a preservação da democracia. Por suas características profissionais, a ministra Cármen Lúcia tem todas as condições para melhor servir o Brasil.

SEMPRE EDITORA LTDA

FUNDADOR Vittorio Mediolí

PRESIDENTE Laura Mediolí

VICE-PRESIDENTE Marina Mediolí

DIRETOR EXECUTIVO Heron Guimarães

GERENTE COMERCIAL
Alessandra SoaresGERENTE DE TECNOLOGIA
Fábio A. SantosGERENTE INDUSTRIAL
Guilherme ReisGERENTE ADMINISTRATIVO
E FINANCEIRO
Walmir PradoGERENTE DE MARKETING
Monique ArakiGERENTE DE CIRCULAÇÃO
Isabel SantosEDITORA EXECUTIVA
Lúcia CastroSECRETÁRIA DE REDAÇÃO
Michele Borges da CostaADJUNTO DA SECRETARIA DE REDAÇÃO
Murilo RochaCHEFE DE REPORTAGEM
Renata Nunes

EDITORES

Opinião: Victor de Almeida

Economia: Karlon Aredes

Magazine: Silvana Mascagna

Brasil/Mundo/Interessa: Aline Reskalla

Política: Ricardo Corrêa

Esportes: Denner Taylor

Cidades: Marina Schettini

Primeira: Frederico Duboc

Fotografia: Rejane Araújo

O.PINIÃO

Duke

SÃO TANTOS OS COLEGAS
PARLAMENTARES PERDENDO
O MANDATO QUE PENSEI EM
MARCAR UM JOGO DE FUTEBOL:
SOLTEIROS X CASSADOS!!!

www.dukechargista.com.br



FÁTIMA OLIVEIRA

Médica

fatimaoliveira@ig.com.br

Prefeituras amigas da população:
patrimônios a conquistar em 2016

Objetivo é governar para todos, tendo a equidade como norte

Uma prefeitura amiga do povo é aquela que tem como objetivo central governar para todas as pessoas, mas que adota a equidade como norte: busca diminuir o fosso que separa as assimetrias da cidade dos ricos e remediados da cidade dos quase sem nada, onde vivem as pessoas despossuídas até dos direitos básicos de cidadania, cuja maioria expressiva, além de pobre, é também racialmente segregada.

Em “O novo cenário nacional das eleições municipais de 2016”, escrevi: “o que faz sentido é indagar o que queremos da futura administração da cidade, pois todo município é, no mínimo, dois, e o caminho da cidadania implica diminuir o fosso que separa um do outro, adotando a equidade: mais para quem precisa de mais” (O TEMPO, 6.9.2016).

Governar com equidade é, na prática, ter o cuidado, que é um balizador da atenção, para com as crianças, as mulheres e as pessoas idosas como um dever, estabelecendo um pacto contra maus-tratos e a morte evitável dos setores mais vulneráveis de uma sociedade... A centralidade que dou à atenção à saúde pode parecer um viés médico pelo fato de que sou médica, mas não é! Compreendo que o primeiro direito básico de quem nasceu vivo é sobreviver em plenitude – garantida a sobrevivência, surgem necessidades de usufruir dos demais direitos.

Destacando que a morbimortalidade neonatal, infantil e materna deve ser uma prioridade do cuidado num país como o Brasil, onde a desigualdade de acesso aos serviços de saúde é a regra – apesar do princípio de universalidade

do SUS –, lembrando que o direito de não morrer antes do tempo e o direito de morrer com dignidade também integram a luta pelo direito à saúde.

Gastão Wagner de Souza Campos, presidente da Abrasco, em “Desafios para os prefeitos na área da saúde” (“Le Monde Diplomatique Brasil”, 11.9.2016), afirmou que “precisamos restaurar a capacidade de governo da cidade centrado nas pessoas e na sustentabilidade. Cidade para as pessoas: áreas verdes, urbanização de bairros degradados, áreas de lazer, de esporte. Priorida-

O primeiro direito de quem nasceu vivo é sobreviver em plenitude. Garantida a sobrevivência, surge a necessidade de usufruir dos demais direitos.

de ao pedestre, e não aos automóveis; primeiro, transporte público”. E arrematou: “Um compromisso central é com o incentivo à institucionalização de formas de democracia direta e de participação cidadã. Uma nova cultura para a gestão pública no Brasil”. O que corrobora o que declarei em “O novo cenário nacional das eleições municipais de 2016”, que o Executivo municipal precisa “revitalizar os conselhos locais e municipais de saúde, como trincheiras excepcionais de luta popular, tendo o controle social como polo de aglutinação, sobretudo contra a ‘prefeiturização’ deles, como tem sido a regra geral pelo país afora!”.

Especificamente sobre atenção à saú-

de, o presidente da Abrasco disse que “a prioridade em saúde diz respeito à extensão, para pelo menos 80% dos municípios, da estratégia de Saúde da Família. Em segundo lugar, as plataformas eleitorais devem apontar a necessidade de assegurar acesso aos serviços hospitalares, de urgência e especializados para todos que deles necessitarem. Outra prioridade é a saúde pública. Os prefeitos devem apresentar estratégia para enfrentamento das dengue, chikungunya e zika... Ainda há 42% dos domicílios sem acesso a esgoto. Há um programa para ampliar essa cobertura mediante o investimento de R\$ 15 bilhões/ano durante cinco anos consecutivos. A epidemia de dengue tem na falta de saneamento um dos seus fatores determinantes”.

As prefeituras, quando querem, podem fazer muito pela nossa cidadania; portanto, votemos pela cidadania em 2 de outubro.

DUKE

